

## **Estado e capitalismo contemporâneos- elementos para debate.**

### **TEXTO PROVISÓRIO, NÃO DEVE SER DIVULGADO.**

Recentemente, tendo em vista a realização do II Encontro Nacional dos Professores Universitários do MST em maio de 2013, uma equipe mesclando professores e militantes do Movimento dos Sem Terra encaminhou um roteiro, formulando uma série de questões provocativas sobre a conjuntura brasileira contemporânea, as condições da luta de classes e as estratégias a adotar. O roteiro aborda questões diretamente relacionadas às lutas do MST, solicitando comentários sobre as condições atuais da reforma agrária popular, sobre como os intelectuais analisam a atuação do MST, sobre as atividades desenvolvidas nas universidades com o MST, procurando estabelecer uma correlação entre análise da conjuntura e as práticas a adotar. Dentre as questões, duas são bem mais abrangentes: a que incide sobre a atual conjuntura do capital na agricultura brasileira; e a que aborda o perfil do Estado e do governo no Brasil..

O texto a seguir foi elaborado originalmente para uma discussão coletiva, na Fiocruz, entre os profissionais que atuam em cursos com o MST. Do debate resultou outro texto, encaminhado à comissão de sistematização para o II Encontro Nacional. As questões formuladas pelo roteiro do MST são instigantes e, aproveitando essa oportunidade, meu intuito é de ampliar o debate, trazendo pontos provocativos, polêmicos ou que possam – à luz de uma confrontação rigorosa – contribuir para o pensamento histórico contemporâneo sobre alguns pontos, em especial sobre a configuração e o papel do Estado do capitalismo contemporâneo e sobre as características do Estado brasileiro na atualidade.

Com relação ao primeiro ponto, trata-se de tarefa vasta e ambiciosa e, por essa razão, dedicaremos a maior parte deste espaço para algumas reflexões sobre o Estado brasileiro contemporâneo. Não obstante, gostaria de introduzir algumas problematizações sobre o tema mais amplo do Estado e do capitalismo atual, como elementos para debate.

### **Interrogações teóricas**

Já é consenso que o assim-chamado período 'neoliberal' nada teve de redução do Estado, mas envolveu sua profunda reconfiguração, adequando-o às novas exigências de um predomínio

avassalador do capital sobre o conjunto das condições de existência, quer ela sejam de ordem econômica, política, cultural, ideológica, quer envolvam as formas de organização da vida social e da sociabilidade, quer as quer as questões mais íntimas, familiares e sexuais. Nossas referências, cuja validade ultrapassa situações conjunturais, nos permite tratar de transformações intrínsecas à permanência do capitalismo, mas exige também que não nos limitemos a aplicá-las de maneira mecânica. Marx, Gramsci e Poulantzas constituem o fundamento teórico mais sólido para essa análise, porém nossos três autores têm absoluta clareza quanto à historicidade das categorias que analisam e, sobretudo, das intensas transformações sociais que a perpetuação do capitalismo envolve.

Alguns estudos apontam para uma correlação desigual entre análises sobre a teoria do valor marxiana (ou as categorias diretamente emanadas de O Capital), cujo elevado grau de abstração as tornam categorias intrínsecas da reprodução do capitalismo, e as análises que procuram correlacionar o Estado – e as formas políticas, culturais, etc. - posto que teriam grau menor de abstração, estando muito mais coladas às conjunturas e às oscilações circunstanciais da luta de classes (Carcanholo, Hugo). De um lado, teríamos leis – sempre tendenciais e históricas – de reprodução do capital (especial, as questões ligadas ao valor) e, de outro, formas históricas plásticas, flexíveis, cujo grau de tratamento teórico não alcançaria (ou não deveria alcançar) o mesmo grau de abstração e validade teórica, posto estarem referidas a momentos dos processos de luta em torno da mesma forma social (o capital). Essa não é uma questão irrelevante, pois envolve não apenas reconhecer o grau de permanência da teoria de valor, de fato mais duradouro e perene do que as análises das formas de Estado, mas arrisca também estabelecer uma demarcação rígida entre as condições determinantes para a reprodução do capital, contrapostas às formas de organização e de consciência colocadas em ação pelos sujeitos históricos. Se recusamos a separação estrita entre infraestrutura e superestrutura, se admitimos que as leis tendenciais da existência do capital não se resumem a um “econômico” apartado e distante da vida social, mas que, ao contrário, são as próprias formas da existência social, e, mais ainda, se admitimos que os processos históricos ocorrem (se contraem ou se expandem) através das lutas de classes, como coligar os dois momentos na nossa própria análise do mundo contemporâneo? Em outros termos, sem desconsiderar a existência de uma necessidade imperativa e “cega” de reprodução ampliada do capital, como correlacioná-la às formas concretas sob as quais tal necessidade se realiza e, em seguida, como teorizar sobre as transformações que derivam dos próprios processos de reprodução, de sua ampliação e das lutas? A questão se duplica: haveria um capital estável (leis

tendências), contraposto à um processo histórico, o capitalismo, o qual responderia de maneira sempre diversa às mesmas exigências colocadas pelo primeiro? (Harvey). Não tenho elementos para deslindar essa questão, mas ela me parece suficientemente relevante para que a deixemos assinalada como desafio teórico permanente.

As principais soluções oferecidas procuram periodizar o capitalismo à luz tanto das correlações de força entre classes, quanto das modificações na escala da acumulação. Esse foi o caminho seguido por Lênin, na análise sobre o imperialismo, o qual significaria uma modificação efetiva e substantiva do capitalismo. A solução oferecida por Antonio Gramsci para esse dilema é extremamente enriquecedora: trata-se da famosa formulação de que a “hegemonia nasce na fábrica”, o que faz derivar a consciência não apenas de si própria, de um “auto-pensamento” genérico, mas das condições mesmas onde se processam as relações sociais cruciais para a reprodução do capital, envolvendo não apenas a criação direta de valor (no caso gramsciano, a análise do fordismo), mas também as formas pelas quais os seres sociais aí envolvidos se organizam, estabelecem estratégias e coligações (“partidos”), formulam projetos relacionados a seus interesses, projetos que devem ser capazes de abarcar o conjunto da sociedade, em permanente confronto entre hegemonia e contra-hegemonia. O Estado, assim, está imerso no conjunto das relações sociais, embora mais diretamente ligado à capacidade organizativa de alguns setores (frações) ou classes sociais. Nicos Poulantzas, seguindo os passos gramscianos mas introduzindo novas variantes, correlaciona estreitamente o Estado às relações de produção. Criticando os que o consideram como algo criado posteriormente à dominação econômica, e a ela portanto servindo como uma forma de instrumento “neutro” e manipulável (o “Estado Coisa”), inclusive alguns de extração de marxista, Poulantzas apresenta o Estado capitalista como nascendo simultaneamente às relações sociais de geração de valor e de sociabilidade, integrando portanto em sua própria ossatura os múltiplos conflitos que atravessam a sociedade capitalista, nas diferentes etapas do capitalismo. Enquanto a ênfase gramsciana é nas entidades simultaneamente dentro e fora do Estado (sociedade civil, por exemplo), a ênfase poulantziana volta-se mais para a forma específica assumida pela luta de classes no próprio interior do Estado, em sua homologia tensa com as relações de produção, assim como em seu papel de espaço no qual se elaboram tanto as formas de dominação quanto as de adesão dos dominados.

A correspondência fundamental que Poulantzas estabelece para a etapa monopolista é a do desenvolvimento de um “estatismo autoritário” (NP). Publicado pela primeira vez na França em 1978, o momento no qual escreve *O Estado, O Poder, O Socialismo* permite duas leituras. Na primeira, a constatação de uma expansão inaudita – e escancarada – de setores controlados diretamente pelo Estado conduziria a análise, que estaria marcada pelo selo da conjuntura. Nessa direção, a evidenciação poulantziana da expansão do estatismo sob o capitalismo monopolista poderia estar assinalando o ponto máximo do chamado “Estado de Bem-Estar”, que seria em seguida duramente atacado e remodelado nos anos subsequentes no chamado período “neoliberal”. Nesse caso, haveria simultaneamente um acerto de Poulantzas ao identificar o crescimento do estatismo, e uma certa fragilidade, pois nos anos imediatamente posteriores todas as baterias ideológicas foram assestadas exatamente contra o crescente papel do Estado para os setores populares, desmantelando-o, embora preservando todas as funções estatais – e mesmo aprofundando-as – para o capital. Numa segunda leitura, a contribuição de Poulantzas – apesar de eventuais ligações com a conjuntura de sua época – teria um caráter de maior longo alcance, assinalando não apenas as condições imediatas, mas sobretudo as formas pelas quais, em situações de capitalismo desenvolvido, o Estado precisa absorver em seu interior e integrar em sua ossatura institucional diferentes setores sociais em luta (tanto as frações das classes dominantes, quanto setores das classes dominadas), de forma a assegurar a reprodução de conjunto da vida social sob o capitalismo, em condições formalmente democráticas. Não me pareceria sensato separar as duas leituras, como se a marca da conjuntura francesa do final da década de 1970 devesse ser eliminada para que o alcance teórica da obra de Poulantzas possa ser afirmado. Ao contrário, a tensão entre essas duas leituras pode ser extremamente fértil para avançarmos na análise do Estado capitalista contemporâneo.

Nas condições atuais, o solo social de extração de mais-valor parece se expandir, indo além dos muros fabris tradicionais e, por essa razão, agregando e socializando trabalhadores em condições de trabalho díspares, com direitos sociais e trabalhistas desiguais. Para além do monopólio das empresas, assistimos ao monopólio da “pura propriedade” dos recursos sociais de produção, a que permite – ou obstaculiza – a entrada em funcionamento de determinados agenciamentos de meios de produção. Se, como acreditamos, as interpretações precedentes sobre o Estado capitalista são o nosso ponto de partida, a ele precisamos agregar os formatos díspares tanto da extração de valor, quanto das formas de sociabilidade e de 'educação' dos trabalhadores em vigor, generalizando a forma democrática mas

restringindo seu alcance. Caso seja pertinente essa restrição, como pensar tanto a hegemonia no sentido gramsciano (como conquista também dos dominados, ainda que mantida a subalternidade) quanto a capilaridade do Estado poulantziano, que envolve uma permanente agregação e incorporação dos subalternos?

Outro tema a ser apenas mencionado é o que remete às questões da teoria marxista da dependência. Trata-se de um traço genético que marca as classes sociais e o Estado (no sentido de uma 'natureza histórica' dos países dependentes) ou de uma situação posicional e relativa, variável em função das modalidades internas e externas de expansão do capitalismo e de suas formas políticas? Em outros termos, a dependência pode ser superada por situações internas que promovam uma certa autonomização do capitalismo (que entretanto tendem a ser brecadas por burguesias subalternas) ou sua superação depende do rompimento com a dinâmica capitalista *tout court*? Colocando ainda sob outro formato: a teoria marxista da dependência têm o caráter abstrato da teoria do valor, ou o teor histórico das teorias do Estado?

## Em torno do Estado brasileiro

As questões anteriores foram suscitadas por dificuldades no manuseio das categorias que nos parecem, no entanto, seguirem pertinentes para a compreensão dos processos histórico, econômico e político do Brasil contemporâneo, em especial a categoria de hegemonia.

Após uma lenta ampliação *seletiva* do Estado, ocorreu nas duas últimas décadas recente penetração de entidades e organizações de origem popular no Estado Brasileiro, do que resultaram reconstruções hegemônicas, diferentemente dos períodos históricos precedentes. O Brasil experimenta o estabelecimento de uma dominação com perfil hegemônico (e não assegurada unicamente pela violência coercitiva), sob forte predomínio do grande capital e com institucionalidade formalmente democrática, que assegura a existência (e mesmo a participação) de entidades organizadas de trabalhadores. As dúvidas sobre tal perfil persistem, traduzidas por exemplo na figura sugerida por Francisco de Oliveira do “ornitorrinco”, como um impasse evolutivo do processo histórico brasileiro, ou de uma “contra-reforma”, que distanciaria a situação brasileira das “revoluções passivas”, tal como sugeriu Carlos Nelson Coutinho.

Vejamos um rápido histórico da relação entre sociedade civil e Estado no Brasil. Ao longo de todo o século XX, constituíram-se entidades organizativas (agregando setores das classes dominantes, “sem fins lucrativos”) de base patronal, com diferentes sedes regionais e reunindo setores diversos das burguesias brasileiras, das mais atrasadas ou mais “modernas”, daquelas mais ou menos especializadas por setores ou mais abrangentes. Passaram a integrar o Estado sob diversas modalidades: forjando ministérios ou Conselhos, Institutos (nas origens, como o do Café) e outros assimilados, atuando em especial no interior do Executivo, nas consultorias dos diversos ministérios. Definiam o padrão de atuação econômico do Estado, implantaram estratégias educativas pontuais, regionais ou mesmo nacionais (o Sistema S é um dos precursores). Paralelamente, exerceram diretamente e através do Estado enorme truculência sócio-política, objetivando impedir qualquer ampliação desse mesmo Estado para as formas organizativas populares, sistematicamente proibidas e duramente reprimidas.

Nas ocasiões históricas onde houve efetivo avanço de organizações populares – não necessariamente estabelecendo processos revolucionários, mas que foram vividas e denunciadas como tal pelas burguesias – a solução encontrada foi a repressão política e policial direta, em especial através de dois períodos ditatoriais. No pós-1964, Florestan denominou a estratégia burguesa no Brasil como “contra-revolução preventiva permanente”.

A própria expansão capitalista capitaneada por essas ditaduras trouxe modificações substantivas para a vida social brasileira, e um crescimento de formas associativas populares muito desiguais (movimentos sociais urbanos, com destaque também para os rurais, e partidos), além do amadurecimento daquelas nascidas sobretudo na década de 1930 (sindicatos urbanos e rurais). Desde a década de 1970 as lutas levadas a efeito tais entidades pressionam não apenas por alterações na legislação, como na formulação e acompanhamento das políticas (isto é, pressionam para seu ingresso no Estado).

## Reordenamento burguês do Estado brasileiro

A conjuntura contemporânea se inaugura com esse crescimento das lutas sociais, com avanços legais (constitucionais) aos quais correspondia escasso ingresso das entidades associativas populares no âmago do Estado, mas com pressão crescente para seu acolhimento. Nesse contexto, **ocorreu uma profunda reorganização burguesa para adequar o mesmo Estado a uma nova forma de funcionamento**. Houve vitórias parciais populares mesmo na década de 1990 e, para que o Estado

pudesse continuar a responder prioritariamente aos interesse do capital (tomado em sua forma mais ampla e concentrada, respondendo aos diversos acordos inter-burgueses), foram introduzidas alterações importantes. Houve alguma ampliação do Estado para entidades associativas populares e algumas reivindicações, mas sua incorporação foi lenta, paulatina, condicionada e negociada palmo a palmo, assegurando a vigência e a atualização da “contra-revolução preventiva”.

Sob mudanças importantes no cenário internacional, a agregação das entidades de origem popular ocorreu sob uma característica geral comum, a do *rebaixamento corporativo das reivindicações*, com as organizações populares convencidas ou impelidas a secundarizar a autonomia da classe trabalhadora, em prol de soluções urgentes e imediatas. Ocorreu uma inflexão no cenário da luta. Houve uma *institucionalização de canais de representação para algumas entidades populares*, sempre e quando aceitassem não mais defrontar-se contra as regras do jogo então pactuados (mesmo que tal “pacto” ocorresse em condições profundamente desiguais, na maioria das vezes mera imposição) e que limitassem suas reivindicações ao contexto imediato, especializando-as e reduzindo seu alcance nacional. Em outros termos, ocorreu um forte enquadramento legal das organizações populares, que perdiam assim parte importante de sua autonomia decisória e organizativa.

Essa característica comum foi atingida através da utilização de algumas táticas principais, quase todas também apelando para formas repressivas em paralelo, pois não se pode esquecer a manutenção da violência policial, militar e para-militar:

(a) produção de cunhas ou brechas diretamente nas entidades populares, financiadas ou apoiadas pelo alto (exemplos emblemáticos foram a Força Sindical, na década de 1990 e o Proifesp, no século XXI); seguidas ou não de repressão direta sobre os recalcitrantes;

(b) incorporação subalterna, em *caráter infra-nacional e temático*, de associações populares, desde que aceitassem objetivos parciais (lutas por melhorias pontuais), ao lado da *destruição sistemática ou do abafamento* daquelas que teimavam em manter-se com âmbitos mais amplos, regionais ou nacionais. Havia apoio para a especialização das lutas sociais, através da doação de recursos públicos ou privados por “projetos”, acompanhados de subsequente controle estrito dos devidos “relatórios”; consolidou-se tendência à criminalização para as demais, acompanhada de persistente perseguição midiática contra “jurássicos”, “arcaicos”, ilegalizando na prática e no corpo jurídico as práticas populares

fundamentais. Alguns chamaram esse processo de “onguização”, mas o termo não dá conta da amplitude da conversão, que procurava (e procura ainda) transformar luta popular em “parceria”.

(c) As centrais sindicais conservam seu estatuto nacional. Não obstante, a atuação das mais expressivas vem se desdobrando em duas vertentes principais: na primeira, suas direções atuam em âmbito nacional, ocupam os espaços nacionais de “concertação” e de produção de consensos, assim como participam diretamente do estado, através de diversas comissões, ministérios, etc. A segunda vertente é uma tendência à setorização das lutas, no que convergem para a dinâmica infra-nacional. Os Fundos de Pensão exemplificam bem essa dupla função: são setorialmente constituídos, sendo os mais importantes voltados para funcionários de empresas públicas específicas (Petrobrás, Banco Central, CEF, etc.); na outra ponta, atual como alavancas de concentração de capitais como “política pública”. A “parceria” entre trabalho e capital instaura-se no próprio cerne da organização dos trabalhadores (Rodrigo FAT).

(d) aprofundamento do estatuto de “parceria” com o Estado com destinação de recursos públicos, ainda que às expensas de privatizações – para a gestão/gerência privada das entidades que se educaram através da tática expressa em (b) e crescimento de entidades privadas “sem fins lucrativos” de base empresarial (exemplo: GIFE e Movimentos Todos pela Educação) para educar e dirigir tal processo, estimular a participação e gerenciar as novas modalidades de trabalho sem vínculos, fortemente difundida.

Vivemos hoje num Estado – e num governo – regidos por regras formalmente democráticas, sob um capitalismo altamente concentrado. Isso significa que o Estado – com maior ou menor apoio do governo de plantão – tende a organizar-se para integrar, incorporar, modificar, ajustar e alterar (todos os movimentos ao mesmo tempo, segundo as condições da luta, operando por deslocamento de áreas e setores estratégicos) exigências e reivindicações originados dos mais variados setores da vida social, desde as diferentes frações da classe dominante, passando por diferentes estratos populares, mais ou menos organizados. Trata-se de simultaneamente integrá-los e adaptá-los à ossatura institucional adequada à hegemonia contemporânea, a da grande propriedade do capital. O fato de que setores originados das classes dominadas tenham assegurado algum grau de incorporação à ossatura do

Estado apenas significa que elas seguem lutando sob a dominação, e que ganhos parciais sem sua contrapartida organizativa podem corresponder a “participar” da dominação, a integrar-se de forma subalterna, legitimando a hegemonia burguesa.

Não há “composição de classes” no Estado, há relação de forças de classe, isto é, de dominação. Governos expressam conjunturas diversas da luta de classes. O governo dirigido pelo Partido dos Trabalhadores-PT vem aperfeiçoando os procedimentos de integração, incorporação, modificação, ajuste e alteração em prol da manutenção da mesma hegemonia, a da grande propriedade do capital. Em outros termos, não há composição nesse governo: há um *refinamento das formas de produção de consenso, estribadas na garantia da perpetuação da mesma forma da propriedade sob a quádrupla articulação desigual e combinada mencionada anteriormente, mas com forte apelo à adesão popular subalterna a esse processo*. Consenso sempre repostado e refeito, uma vez que se trata de impedir que os descontentamentos e espasmos populares convertam-se em lutas. Por essa razão, sob uma democracia, os espaços conquistados no Estados devem ser assegurados. O papel do PT é de assegurar que seu efeito seja diluído através de intensa burocratização.

A vitória do Partido dos Trabalhadores-PT foi a confluência de uma série de processos dos quais tanto o partido quanto a própria classe trabalhadora foram protagonistas, mas não eram os únicos protagonistas. Por diversas razões, o PT afastou-se de seus objetivos históricos, que reiteradamente sugeria que a classe trabalhadora se tornasse “sujeito de sua própria história”.

A classe trabalhadora brasileira experimentou duplo movimento sob FHC: um forte alívio pelo controle da inflação, que a penalizava de maneira direta, alívio acompanhado de múltiplos sobressaltos, pelo desemprego, pela aceleração das privatizações, reestruturações industriais e rebaixamento de direitos. Enquanto a primeira foi apresentada, ecoada e incensada como obra formidável de um grupo de intelectuais (os “puc” do RJ que, não por acaso, se tornariam banqueiros a seguir), os segundos eram descritos como “males inevitáveis” e custo a pagar pela modernização, assim como a Reforma do Estado. As crises de 1999 e a incapacidade de renovar algum alívio às grandes maiorias pelo governo FHC marcaram sua exaustão. Assim, o primeiro vértice da confluência de fatores que levou Lula ao poder foi uma expectativa popular – já bastante castigada pelo custo do alívio inflacionário e pela sistemática limitação de suas entidades de base – de que suas lutas históricas poderiam, enfim, infletir as políticas levadas a efeito desde a constituinte. A vitória do PT retomaria bandeiras históricas *burguesas* no Brasil, como a do “desenvolvimentismo”, contra as bandeiras

históricas dos trabalhadores de *igualdade*. Para sustentar a renovação da projeto burguês, ocorre uma ampliação das políticas voltadas para a pobreza inauguradas por FHC. Não almejam nem universalidade nem igualdade, mas “formação de mão de obra” para o capital.

No segundo vértice dessa confluência, as modificações internas do PT. Na década de 1990 foi intenso o ritmo de conversões intelectuais. Os grupos preponderantes no PT recusaram-se a admitir que lutavam em novas condições, a da representação eleitoral e do Estado de direito (democracia) o que exigiria reforçar as exigências da luta e não abrandá-las. Fizeram o contrário, dissolvendo a luta e burocratizando as entidades populares, modificando-as por dentro. Observe-se que esse não é atributo apenas do PT, pois inúmeras entidades de origem popular passaram a integrar o Estado, efetivamente ampliado, sob diversos governos (visível em âmbitos estaduais).

Se de fato o PT canalizou (e canaliza) reivindicações populares, lidera-as para se adequarem à hegemonia burguesa através da negociação, apresentando como “novo” e como sua “novidade” uma gestão privatizadora na base da “parceria”. Se isso aparece para os trabalhadores como a maneira de garantir a incorporação de suas reivindicações nos governos (e no estado), ela ocorre de maneira subalterna e envolve minguante capacidade de enfrentamento.

O governo federal petista assim como o Partido precisam das reivindicações populares, pois elas asseguram seu lugar de fiel da balança entre o capital e o trabalho. Elas permitem cegar o fio da luta sem esquecer o desenho da faca.

No terceiro vértice dessa confluência encontra-se a experiência testada pelo conjunto das burguesias brasileiras de sair do centro da disputa eleitoral direta e passar a atuar como direção geral, a qual, assim como no cinema ou no teatro, não exige a presença no palco ou a exaustão do dia a dia das representações. Isso já havia ocorrido com Fernando Henrique Cardoso, intelectual cuja trajetória parecia contradizer a aliança com o PFL, e que muito rapidamente aderiu ao cetro e à ribalta e acreditou que ele próprio dirigia a peça que encenava. Aliás, assim como os que vieram do PT e se instalaram no governo PSDB, como Francisco Weffort. Enquanto desempenharam a contento seu papel, tiveram apoio e fartos recursos: conquistar a baixo custo a adesão – ou o silenciamento – de amplos setores populares. Isso significa assegurar que os fóruns de debates inter-burgueses (ie, que expressam parcela expressiva da autonomia relativa do Estado no Brasil) tivessem amplo espaço, assim como a abertura ampla dos pontos estratégicos do Estado para o teste das políticas ditas de “parceria”, ou de privatização discreta de enorme conjunto de atividades até então a cargo do Estado.

Mas significava também organizar uma estrutura estatal adequada para a incorporação subalterna de setores populares, de maneira a converter a autocracia tradicional em moderna autocracia democrática. Traduzindo em miúdos, as burguesias atuantes no Brasil aprenderam a adequar – e a educar – intelectuais criados em terrenos que lhes eram adversos. Isso vale tanto para burguesias rurais (com 'movimentos', como a UDR e bancadas legislativas), quanto urbanas; vale para burguesias brasileiras ou estrangeiras aqui implantadas.

É importante observar um limite do argumento anterior, a ser trabalhado: se a hegemonia é da grande propriedade do capital (capital monetário), que tensões principais ocorreriam no interior das burguesias brasileiras (incluindo as estrangeiras aqui implantadas)?<sup>1</sup> Aqui parece haver enorme quantidade de pesquisas a aprofundar. Uma divisão histórica entre burguesias ligadas à agro-exportação (exemplares das formas arcaicas de produção) e burguesias de cunho urbano-industrial é tomada como ponto de partida por muitos analistas, que enfatizam o reacionarismo das burguesias agrárias e suas tendências retrógradas, além da fraqueza das burguesias industriais, do que resultaria uma reprimarização exportadora (Jaime Osório). Essas divisões parecem estar modificadas na atualidade, pelo aprofundamento da monopolização da terra e das grandes empresas no Brasil, gerando complexos agroindustriais que grande porte, figurando inclusive entre empresas brasileiras multinacionalizadas, como a JBS (carnes) ou a BRF, novo nome da Brazil Foods, que coligou a Sadia e a Perdigão.

Para além de suas tensões internas, o conjunto das burguesias e das direitas brasileiras adota novas táticas, mas conserva as anteriores. Dessa forma, desqualifica permanentemente o PT e, sobretudo, as suas origens. Mas apoia a direção geral de suas políticas, embora expresse descontentamento em inúmeras questões pontuais.

Há ainda outro vértice importante dessa confluência: os setores médios, oscilantes entre a reafirmação ativa da “ordem” (segurança, policiamento, moralização, tradições, hierarquia, meritocracia, etc.) e a adesão a uma pauta de conquista de empregos e de direitos. A política governamental ao acenar ao mesmo tempo com a “consolidação” legal e a atribuição de – escassos – direitos (travestidos de políticas focalizadas) vem conseguindo mantê-los eleitoralmente a seu lado, fomentando um intenso pragmatismo.

---

1 . Essa questão, formulada por Gilberto Calil, segue atualíssima.

A presença de setores das classes dominadas nos governos ou no Estado não significa “compromisso” de classe, ao menos da parte das classes dominantes. Significa vitórias populares parciais sob condições de implantação hegemônica. A hegemonia é característica de Estados ampliados, formalmente democráticos, a partir dos processos de monopolização do capital. A hegemonia não elimina a coerção.

O formato político brasileiro contemporâneo assemelha-se aos embates eleitorais existentes na Europa ou nos Estados Unidos: redução dos setores radicais anticapitalistas a pequenos grupos com baixa presença eleitoral, pelo custo crescente do processo e pelas novas táticas empregadas; momentos eleitorais polarizados porém expressos por uma opção entre o “pior” e o “menos pior”; burocratização acelerada das grandes entidades nacionais dos trabalhadores, sobretudo sob governos ditos de “esquerda”; intensos debates e acusações recíprocas entre os partidos que se opõem apenas eleitoralmente, levando adiante contudo políticas semelhantes, como se “não houvesse alternativa.”

A diferença com a Europa e os EUA é que a desigualdade constitutiva da sociedade brasileira não se reduziu significativamente. Políticas “pobres” para os pobres são acompanhadas de políticas generosíssimas para os muito ricos. Não se trata de defender um governo fraco dentro de um estado forte: é preciso ter clareza de defender posições fortes frente a governos que estão renovando a hegemonia burguesa no Estado brasileiro.

## Provocações finais

O Estado brasileiro segue atuando sob um formato desigual e combinado de expansão do capitalismo, que poderíamos chamar de **quádrupla articulação** na interrelação entre formas arcaicas e contemporâneas (ou modernas). Precisamos retomar a dupla articulação apresentada por Florestan Fernandes, que persiste: (1) a subalternidade frente ao capitalismo *tout court*, através da adequação do Estado e das burguesias ao conjunto de suas regras e às diversas formas de dominação impostas desde dentro e desde fora; (2) a permanência de profundas desigualdades regionais no Brasil, compensadas por negociações diversas inter-burguesas.

A esses dois aspectos, é preciso acrescentar o modo desigual e combinado de articulação sugerida por Francisco de Oliveira, que aponta para a (3) uma “modernização” realizada através da

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

13

agregação/superposição de trabalhadores segmentados e diferenciados sob múltiplos formatos, desde a organização dos processos de trabalho, passando por direitos desiguais, condições de trabalho diferenciada, etc., remuneração, precarização, etc.

Finalmente, há que incluir ainda, (4) as formas de expansão capitalista brasileira para o exterior, nas quais uma mescla de solidariedade e truculência se expressa no cenário internacional, a partir de empresas com sede no Brasil e com apoio direto do Estado.